



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638675 - DF (2021/0001523-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : DANIEL ARAUJO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DANIEL ARAUJO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (Agravos em Execução n. 0737137-08.2020.8.07.0000).

O paciente cumpre a pena de 8 anos de reclusão em razão da prática do crime de tentativa de homicídio por motivo fútil.

O Tribunal de origem indeferiu o pedido de prisão domiciliar do paciente com base na seguinte motivação (fls. 321-322):

No presente caso, conforme destacado na decisão recorrida, o Relatório da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais narrou que o recorrente possui dois filhos, sendo a mais velha Anna Beatriz, que possui 09 (nove) anos de idade e mora com a sua genitora (Ednayara). Apesar da mãe de Anna Beatriz possuir paraplegia, a menor não se encontra desamparada, pois está matriculada regularmente na escola e sempre residiu com a sua mãe e sua avó, nunca tendo residido com o seu pai.

Já em relação ao segundo filho do recorrente, trata-se do menor Danilo, que conta com 02 (dois) anos de idade e que reside com a sua mãe, de nome Érica, a qual reside na residência de seus pais.

A Seção Psicossocial destacou, ainda, que não há qualquer indício de abandono ou desamparo dos menores em termos de assistência ou cuidados prestados pelos familiares dos menores, de forma que se encontrem em situação de desamparo ou vulnerabilidade, razão pela qual a presença do ora recorrente no atual momento não se mostra imprescindível à criação dos seus filhos menores.

Já em relação à genitora do apenado, o qual ele alegou possuir

problemas psicológicos e necessitar de cuidados especiais, a Seção Psicossocial da VEP relatou que ela possui outras filhas, razão pela qual entendo que não há de se atribuir apenas a um dos filhos a tarefa de cuidar dos pais, ainda mais no presente caso, onde o recorrente cumpre pena pela prática de crime de alta gravidade, qual seja, homicídio.

Ademais, consta nos autos que o recorrente cumpre pena privativa de liberdade desde o dia 1º/12/2018, e, mesmo sem a sua presença, seus filhos e sua genitora tem recebido os devidos cuidados por parte dos familiares, não se demonstrando qualquer situação de desamparo ou abandono verificada pela equipe da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal.

A impetrante sustenta que deve ser concedida a prisão domiciliar ao paciente por ser pai de dois filhos menores de 12 anos idade em situação de vulnerabilidade.

Requer, liminarmente, a concessão de prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja ratificada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente